

DPJ

Departamento de
Pesquisas Judiciárias

CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada



Pesquisa sobre a Justiça Infanto-Juvenil: Situação atual e critérios para aprimoramento

Junho de 2010

DPJ

Departamento de
Pesquisas Judiciárias

Objetivo principal



Propor critérios para subsidiar a
atuação do CNJ na adoção de
políticas para o aprimoramento da
Justiça Infanto-Juvenil

Justificativa



- Importância do tema para o CNJ (Recomendações nº 2 e nº 5 e Resolução nº 77).
- DPJ recebe demanda do CNJ para realizar estudos visando à criação de critérios para estabelecimento de varas especializadas em Infância e Juventude.
- Termo de cooperação com o IPEA.



Investigação em três eixos temáticos:

1. Perfil sociodemográfico
2. Perfil estrutural
3. Perfil forense



- **Análise dos estados brasileiros quanto à necessidade de investimentos do Judiciário na área da infância e juventude, considerando-se:**

Região Norte

Região Nordeste

Região Sudeste

Região Sul

Região Centro-Oeste

- **Mapas** com indicação das comarcas a serem priorizadas no aprimoramento da Justiça da Infância e da Juventude

DPJ

Departamento de
Pesquisas Judiciárias



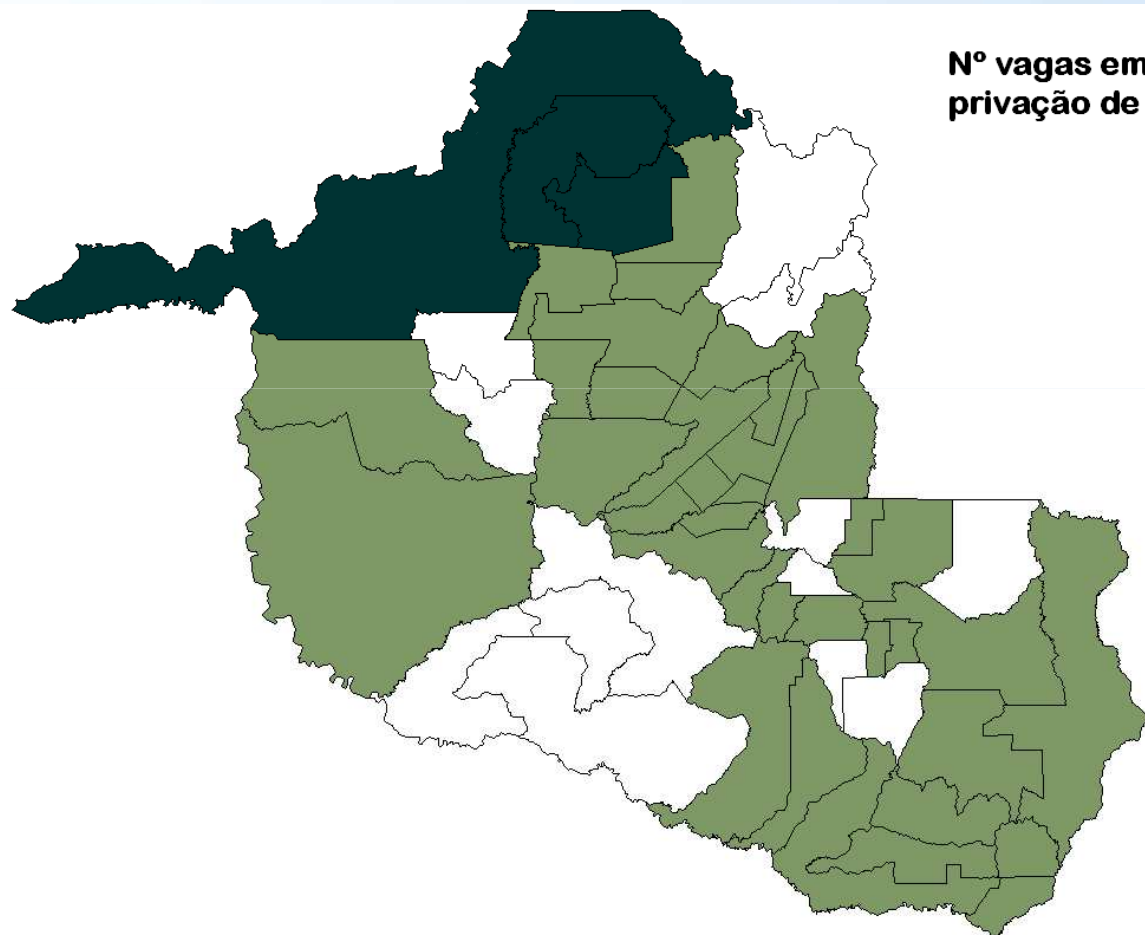
Rondônia

Estudo de caso: Rondônia

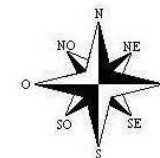
Vagas em unidades socioeducativas



**Nº vagas em unidades socioeducativas de
privação de liberdade – Rondônia**



Nº Vagas
□ até 0
■ 0 –| 39
■ 39 –| 2.753



Escala: de 1: 250.000.

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc
a partir de CNJ, SEDH, ABMP e IBGE.

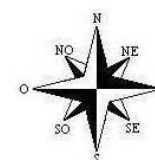
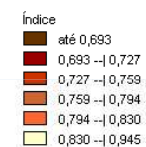
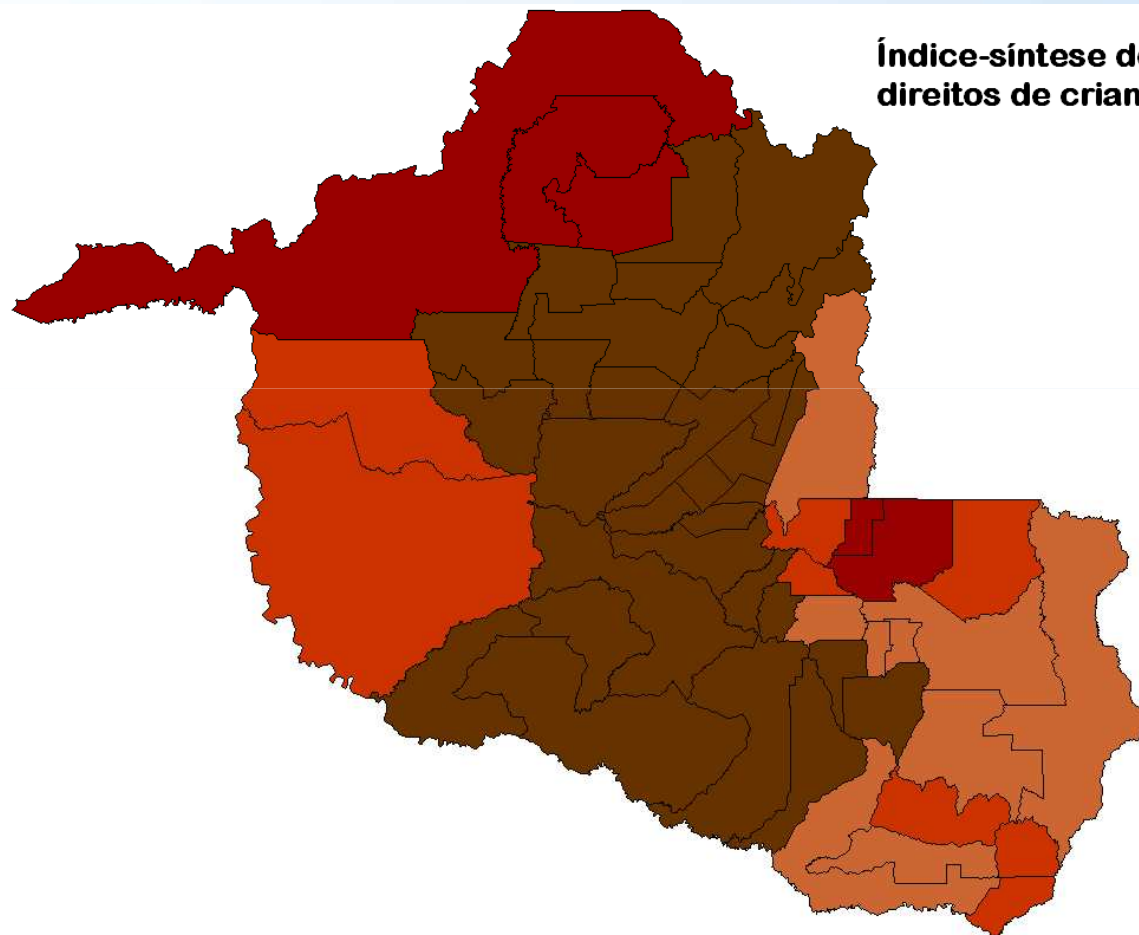


Estudo de caso: Rondônia

Vulnerabilidade



Índice-síntese de vulnerabilidades/violações de direitos de crianças e adolescentes – Rondônia



Nota: Quanto menor o índice, pior a situação de crianças e adolescentes.

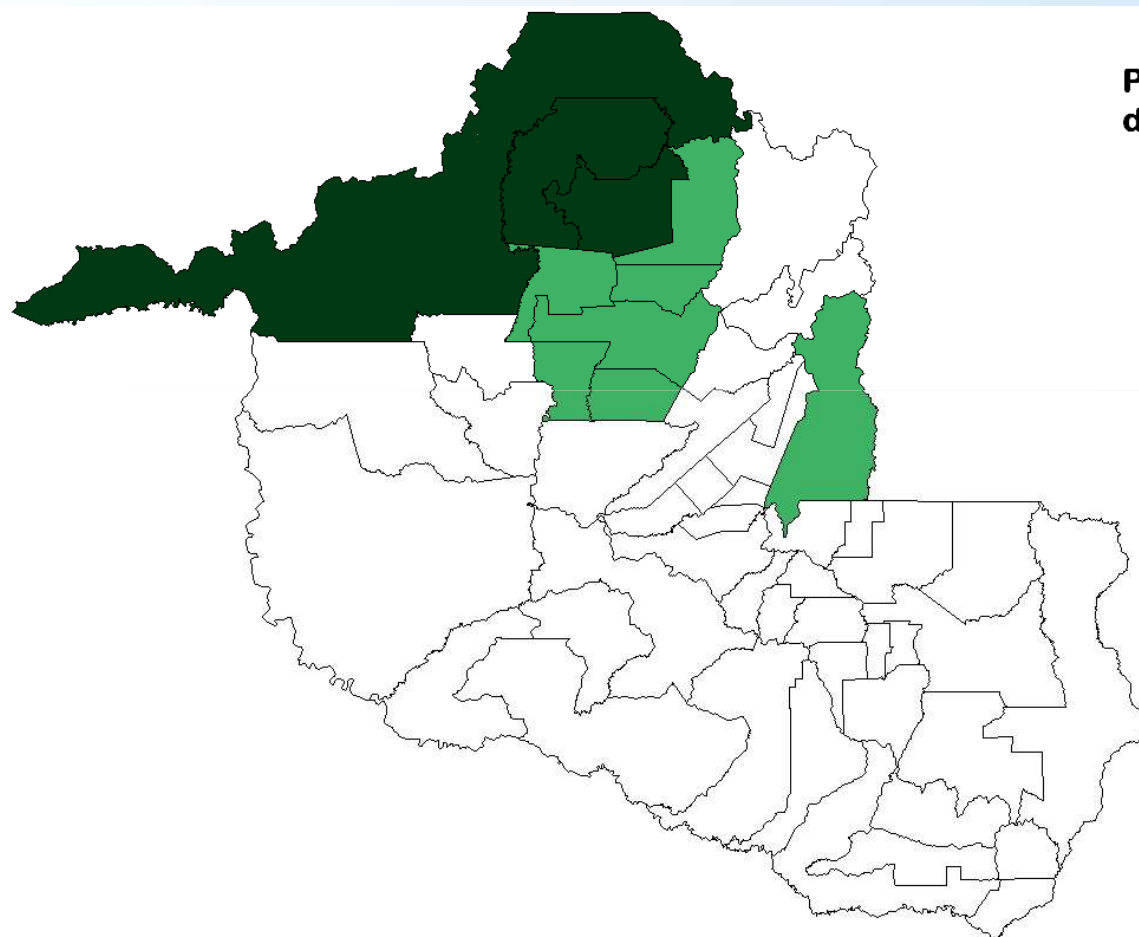
Escala: de 1: 250.000.

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de CNU, ABMP, MS e IBGE.



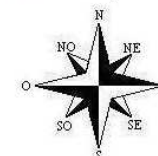
Estudo de caso: Rondônia

População



População total em comarcas de grande porte – Rondônia

Pop. Total
□ até 99.999
■ 99.999 –| 200.000
■ 200.000 –| 10.990.249



Escala: de 1: 250.000.

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc.
a partir de CNU, ABMP e IBGE.

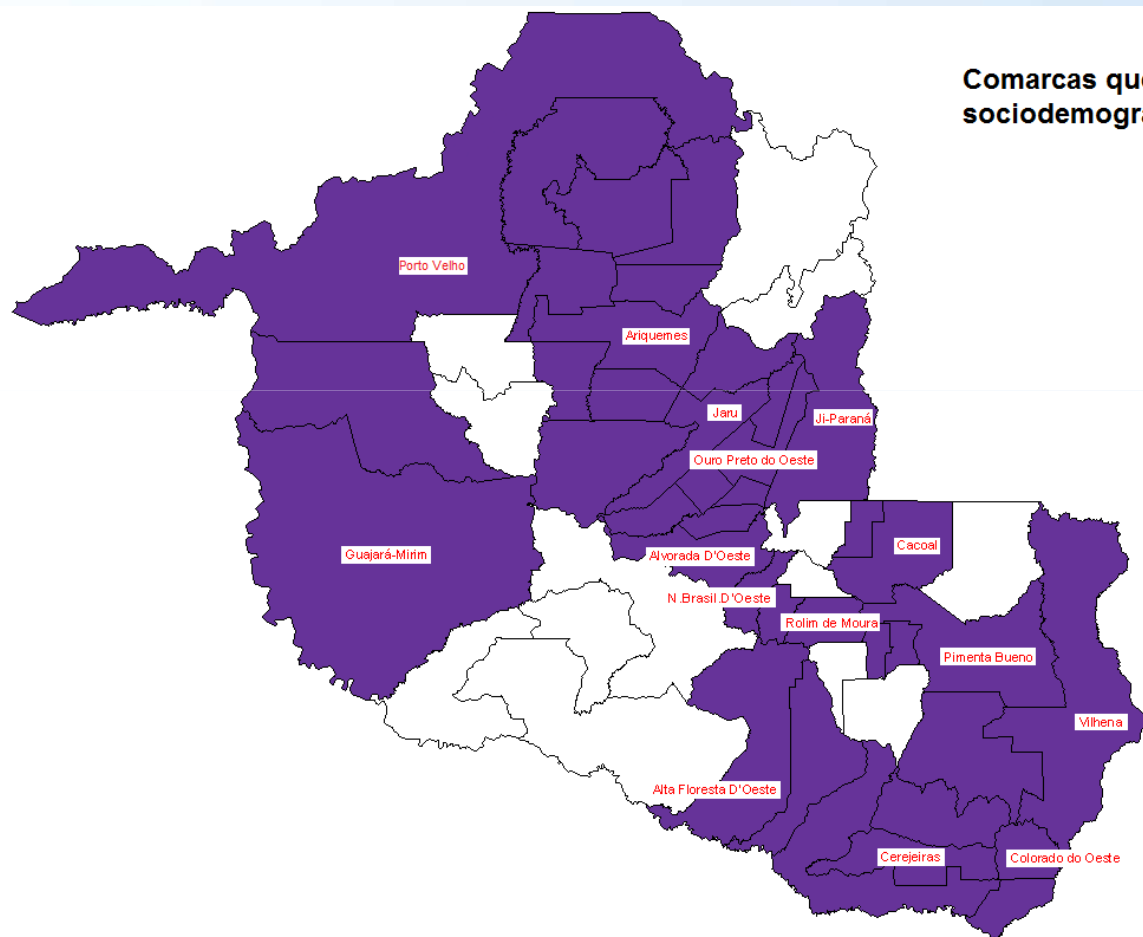


Estudo de caso: Rondônia

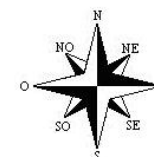
Intersecção dos critérios sociodemográficos



Comarcas que atendem a múltiplos critérios sociodemográficos de seleção - RO



Cumulação de critérios
□ Não
■ Sim

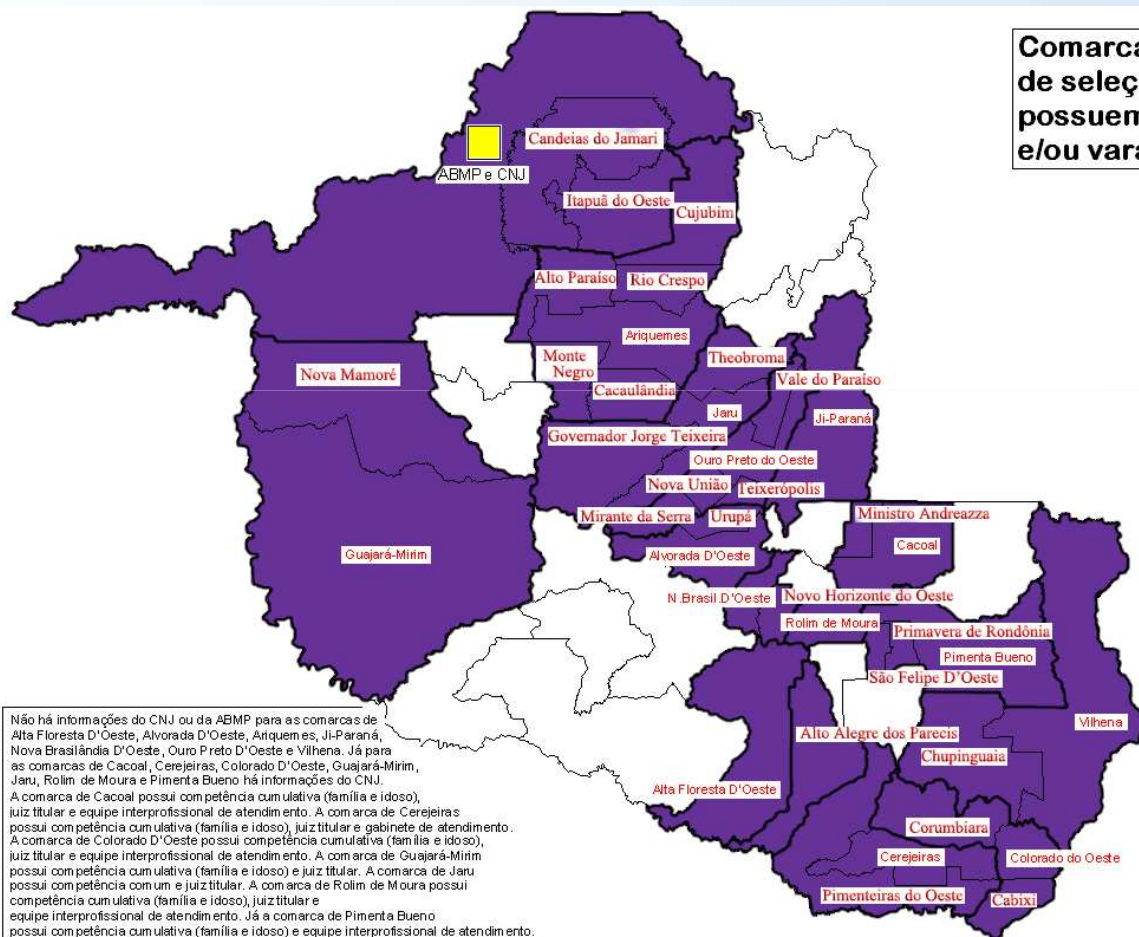


Escala: de 1: 250.000

Fonte: Elaboração a partir de dados de CNU, Ipea, MS e IBGE

Estudo de caso: Rondônia

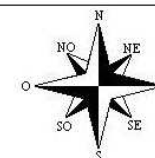
Intersecção de todos os critérios



Comarcas que atendem a múltiplos critérios de seleção, bem como comarcas que possuem varas com competência exclusiva e/ou varas com estrutura mínima - RO

Cumulação de critérios
 Não
 Sim

Tipo de vara judicial
 Vara exclusiva com estrutura mínima
 Vara exclusiva sem estrutura mínima
 Vara não exclusiva com estrutura mínima



Escala: de 1: 250.000

Fonte: Elaboração a partir de dados de CNJ, Ipea, ABMP, MS e IBGE

Não há informações do CNJ ou da ABMP para as comarcas de Alta Floresta D'Oeste, Alvorada D'Oeste, Ariquemes, Ji-Paraná, Nova Brasilândia D'Oeste, Ouro Preto D'Oeste e Vilhena. Já para as comarcas de Cacoal, Cerejeiras, Colorado D'Oeste, Guajará-Mirim, Jaru, Rolim de Moura e Pimenta Bueno há informações do CNJ. A comarca de Cacoal possui competência cum ulativa (família e idoso), juiz titular e equipe interprofissional de atendimento. A comarca de Cerejeiras possui competência cum ulativa (família e idoso), juiz titular e gabinete de atendimento. A comarca de Colorado D'Oeste possui competência cumulativa (família e idoso), juiz titular e equipe interprofissional de atendimento. A comarca de Guajará-Mirim possui competência cum ulativa (família e idoso) e juiz titular. A comarca de Jaru possui competência cum ulativa (família e idoso) e juiz titular. A comarca de Rolim de Moura possui competência cum ulativa (família e idoso), juiz titular e equipe interprofissional de atendimento. Já a comarca de Pimenta Bueno possui competência cum ulativa (família e idoso) e equipe interprofissional de atendimento.

DPJ

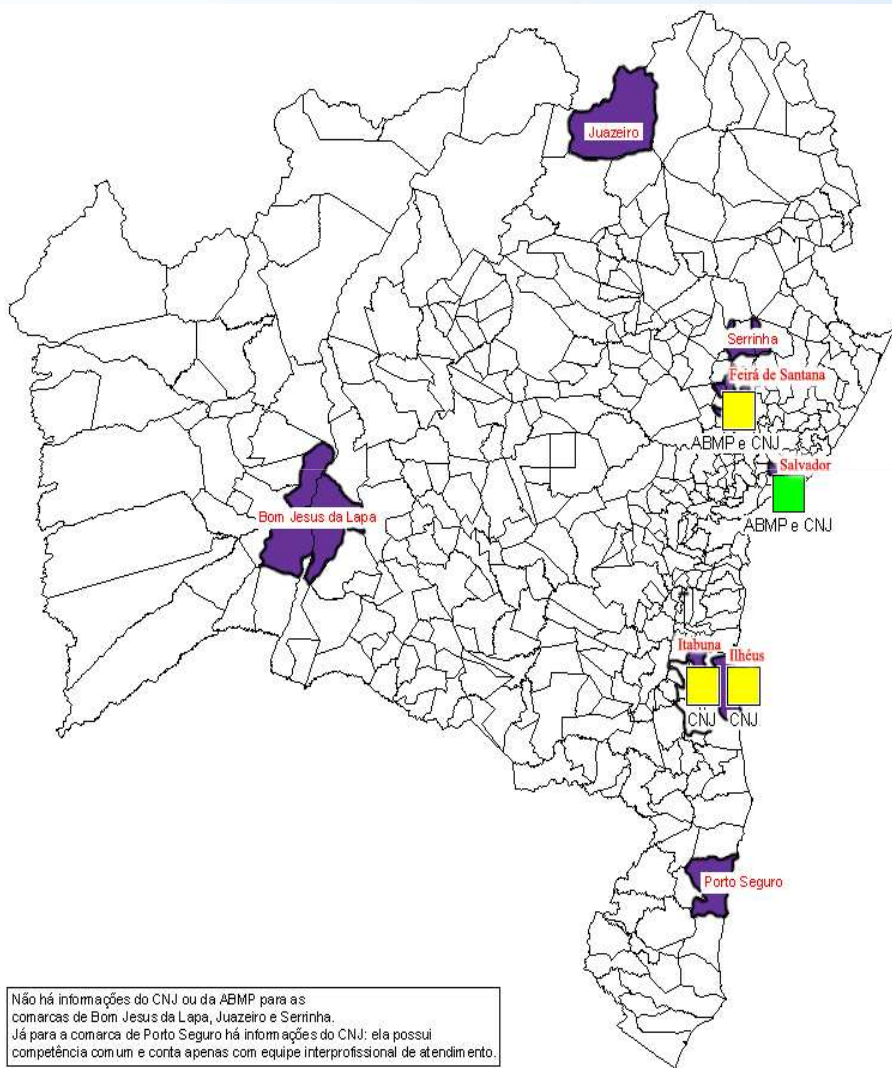
Departamento de
Pesquisas Judiciárias



Bahia

Estudo de caso: Bahia

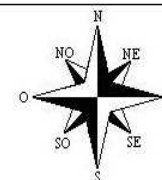
Mapa intersecção de critérios CNJ e IPEA



Comarcas que atendem a múltiplos critérios de seleção, bem como comarcas que possuem varas com competência exclusiva e/ou varas com estrutura mínima - BA

Cumulação de critérios
 Não
 Sim

Tipo de vara judicial
 Vara exclusiva com estrutura mínima
 Vara exclusiva sem estrutura mínima
 Vara não exclusiva com estrutura mínima



Escala: de 1: 250.000

Fonte: Elaboração a partir de dados de CNJ, Ipea, ABMP, MS e IBGE

Não há informações do CNJ ou da ABMP para as comarcas de Bom Jesus da Lapa, Juazeiro e Serrinha. Já para a comarca de Porto Seguro há informações do CNJ: ela possui competência com um e conta apenas com equipe interprofissional de atendimento.

DPJ

Departamento de
Pesquisas Judiciárias



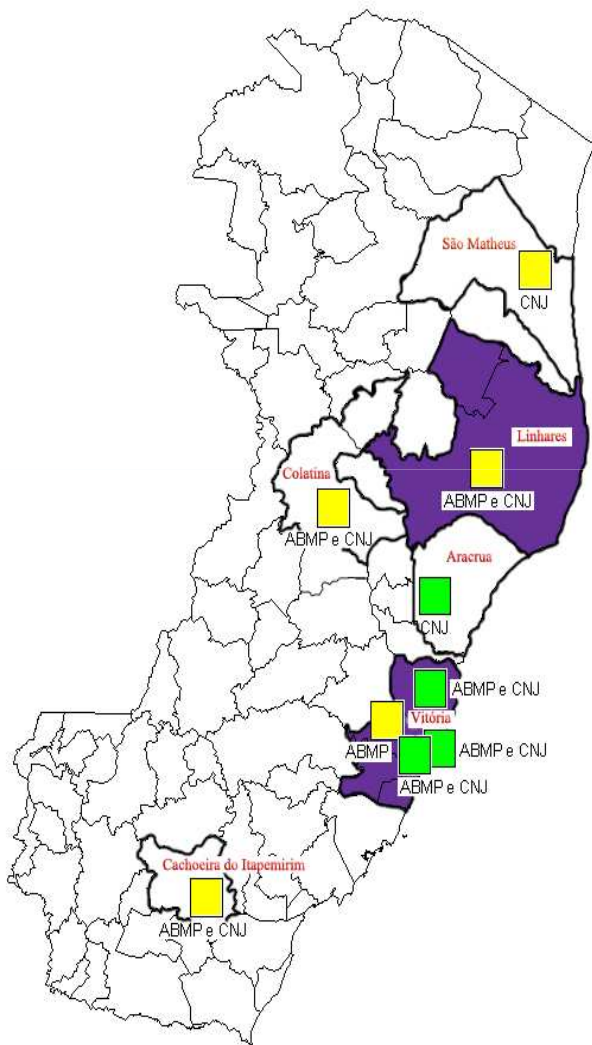
Espírito Santo

Estudo de caso: Espírito Santo

Mapa intersecção de critérios CNJ e IPEA



Comarcas que atendem a múltiplos critérios de seleção, bem como comarcas que possuem varas com competência exclusiva e/ou varas com estrutura mínima - ES



Cumulação de critérios

- Não
- Sim

Tipo de vara judicial

- Vara exclusiva com estrutura mínima
- Vara exclusiva sem estrutura mínima
- Vara não exclusiva com estrutura mínima

Escala: de 1: 250.000

Fonte: Elaboração a partir de dados de CNJ, Ipea, ABMP, MS e IBGE

DPJ

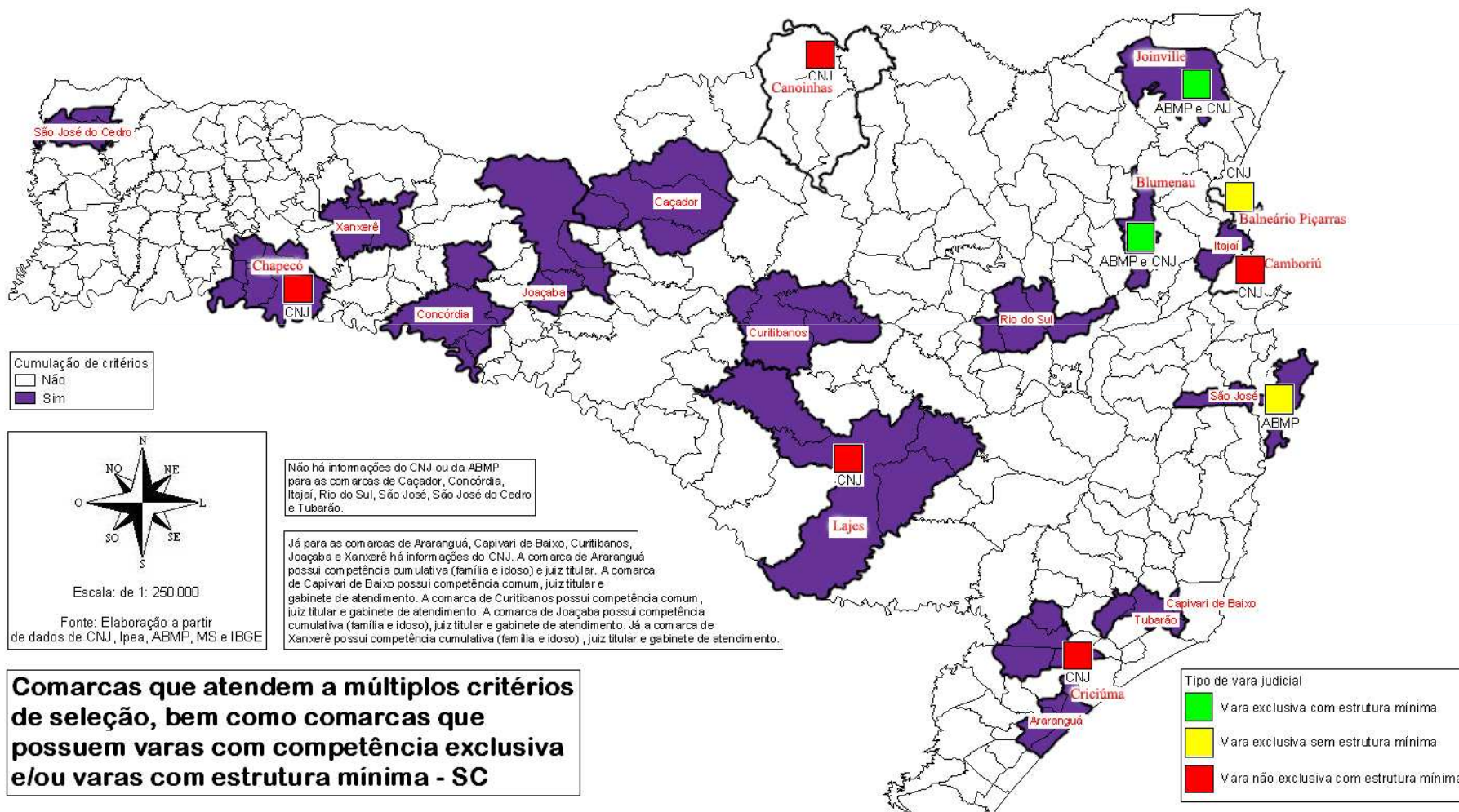
Departamento de
Pesquisas Judiciárias



Santa Catarina

Estudo de caso: Santa Catarina

Mapa intersecção de critérios CNJ e IPEA



DPJ

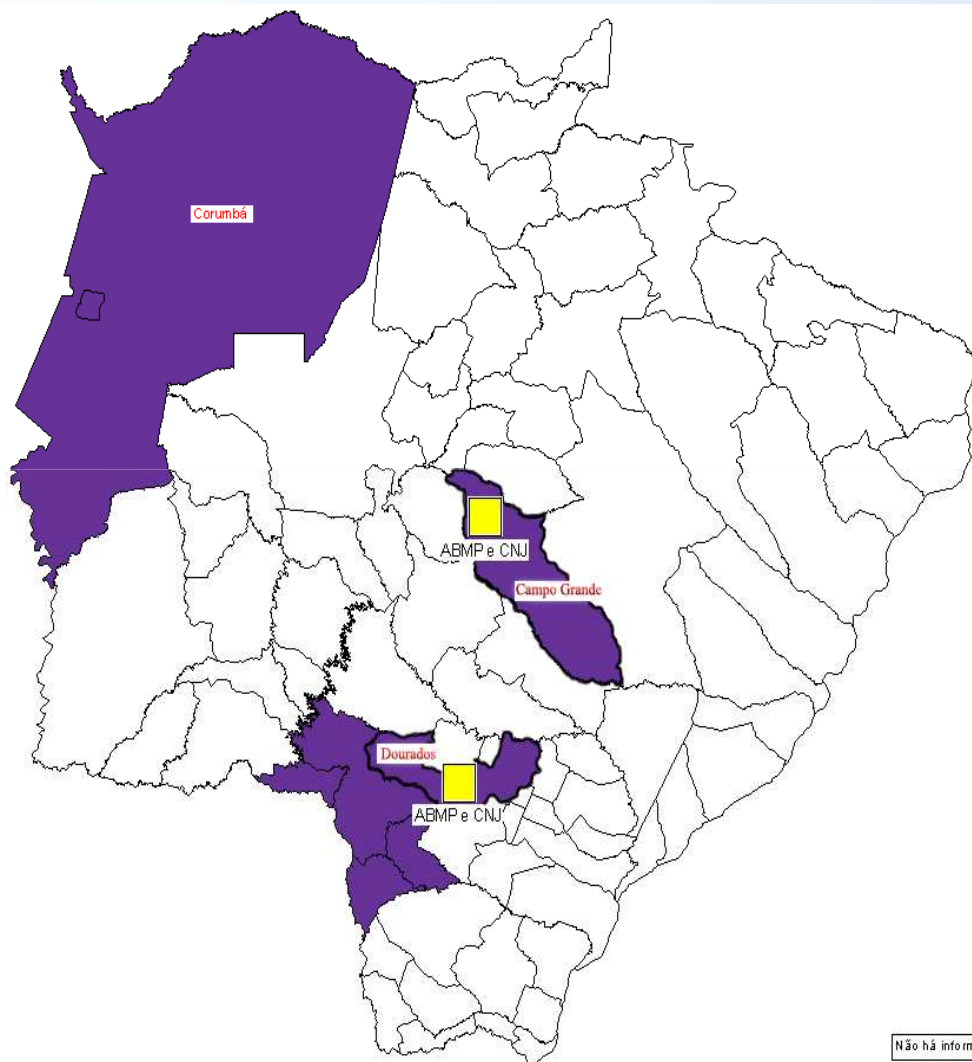
Departamento de
Pesquisas Judiciárias



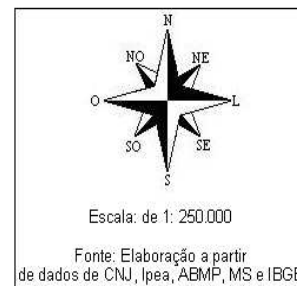
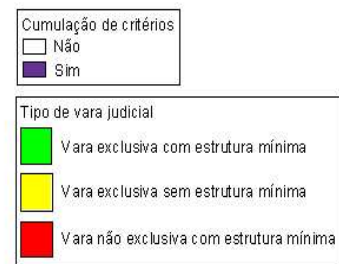
Mato Grosso do Sul

Estudo de caso: Mato Grosso do Sul

Mapa intersecção de critérios CNJ e IPEA



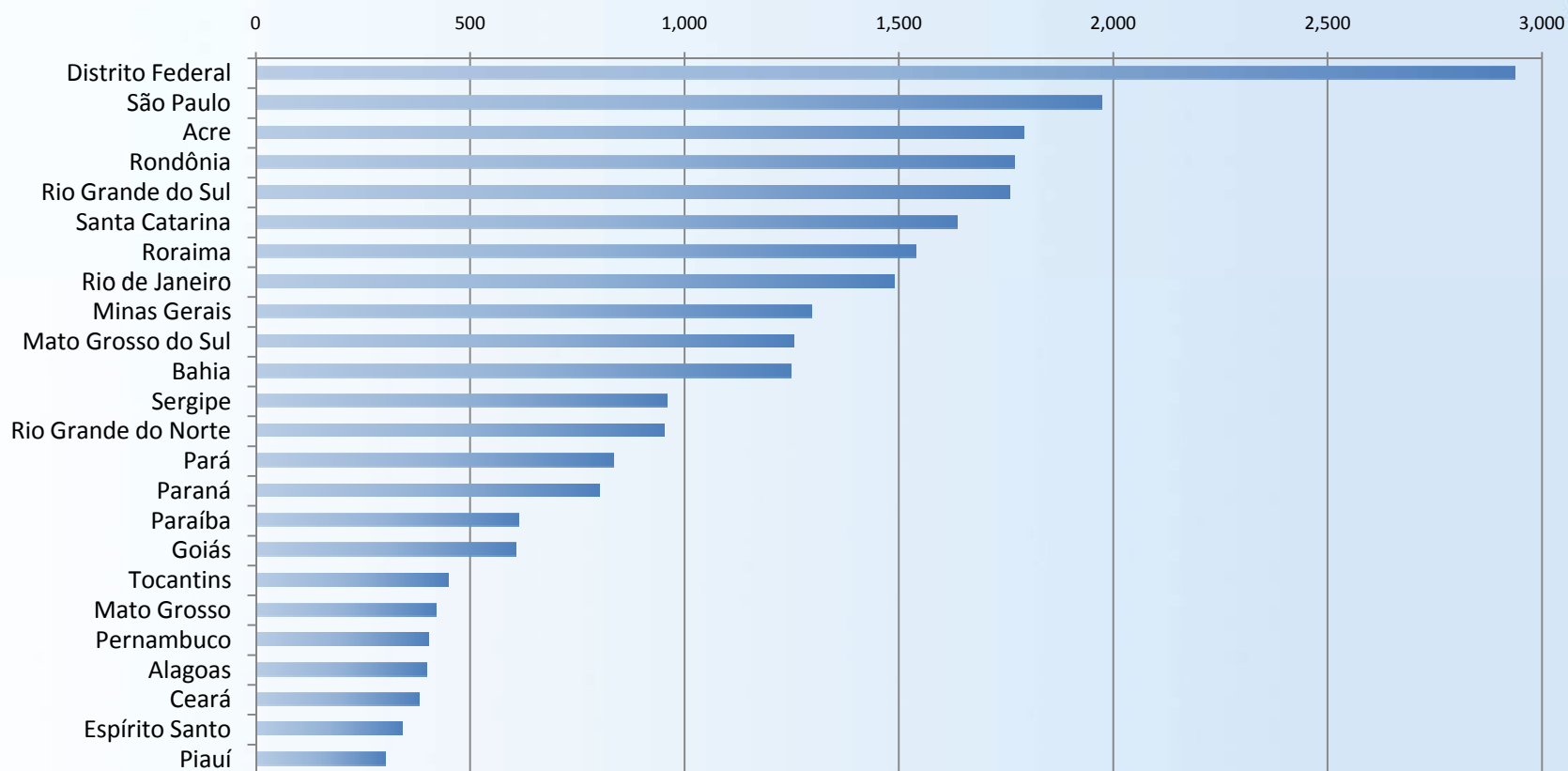
Comarcas que atendem a múltiplos critérios de seleção, bem como comarcas que possuem varas com competência exclusiva e/ou varas com estrutura mínima - MS



Não há informações do CNJ ou da ABMP para a comarca de Corumbá.

Perfil forense

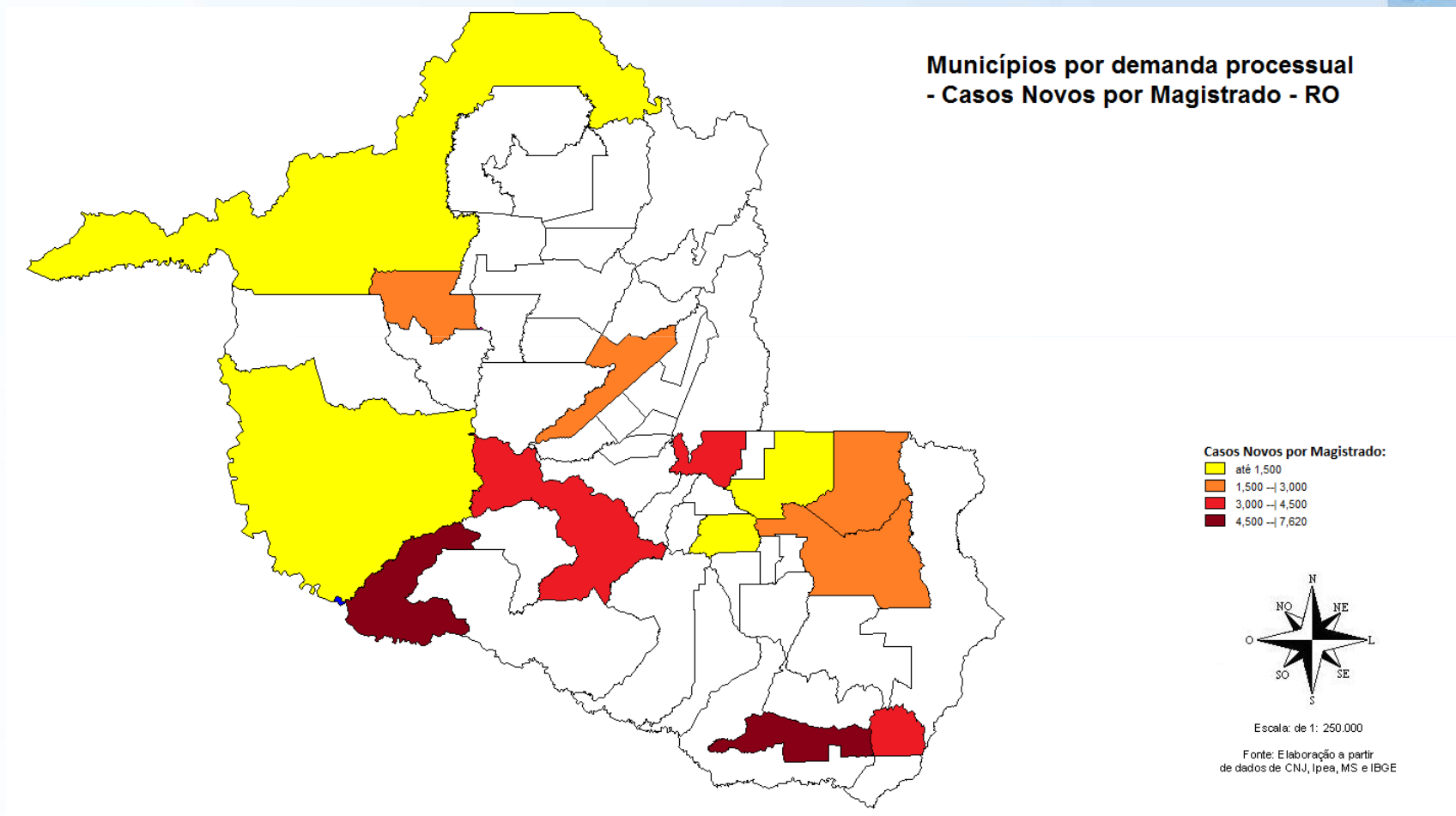
Casos novos por magistrado - Varas exclusivas e cumulativas - 2008



Estudo de caso: Rondônia

Demanda processual

Varas da Infância e da Juventude



Principais conclusões



- Os critérios não resolvem os problemas existentes, trata-se de metodologia para priorização de investimentos.
- 1) Região Norte – mais vulnerável em termos sociais e menos estrutura de VIJs instaladas, sobretudo Rondônia e Acre. Todos os estados da região apresentaram problemas de inadequação em sua reduzida estrutura (equipes interprofissionais, gabinetes de atendimento).
- 2) Região Nordeste – idem. Estados mais críticos: Maranhão, Piauí, Bahia e Ceará. Melhor situação comparativa no RN.
- 3) Região Sudeste – menor vulnerabilidade, mais VIJs instaladas: pode-se considerar o aproveitamento das estruturas existentes. Alto volume de casos novos por magistrado em SP, RJ e MG, demandando investimentos em infraestrutura de recursos humanos.
- 4) Região Centro-oeste – DF e MT apresentaram bons resultados conforme os critérios, porém GO e MS necessitam de mais investimentos em estrutura especializada de VIJs. Ainda o DF apresentou o maior volume de casos novos por magistrado no país.
- 5) Região Sul – O RS destaca-se positivamente em todos os critérios. Porém Paraná e Santa Catarina merecem investimentos na criação de VIJS em áreas críticas. Ainda RS e SC necessitam de maiores investimentos em RH, pela alta demanda processual.



Obrigado!

DPJ@cnj.jus.br



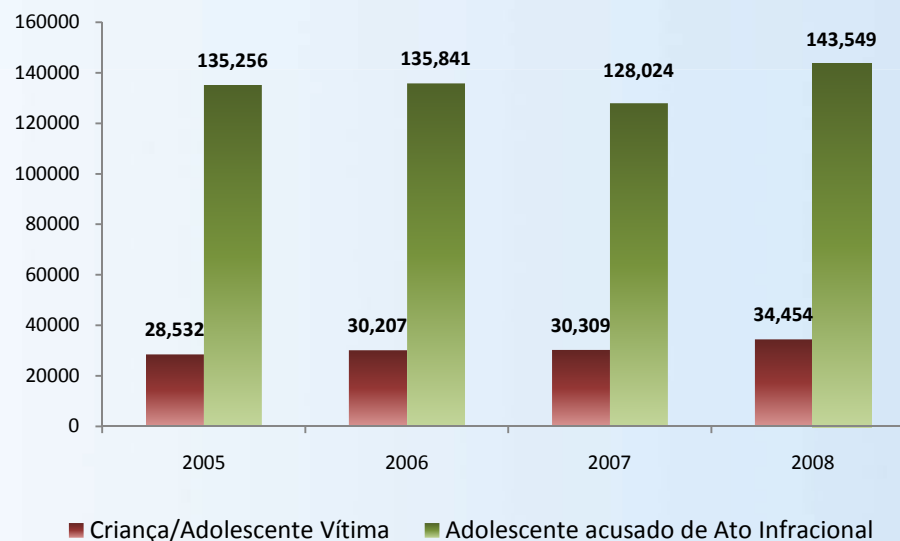
Resultados complementares

Perfil forense

Perfil das partes – Dados Brasil

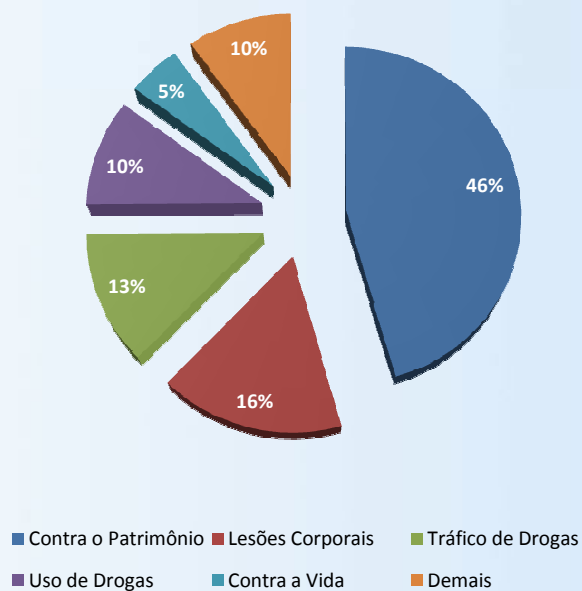


Comparativo entre o quantitativo de processos em que a criança/adolescente é vítima e em que o adolescente é acusado de ato infracional – anos 2005 a 2008





Natureza do ato infracional praticado pelo adolescente Percentual – ano 2008

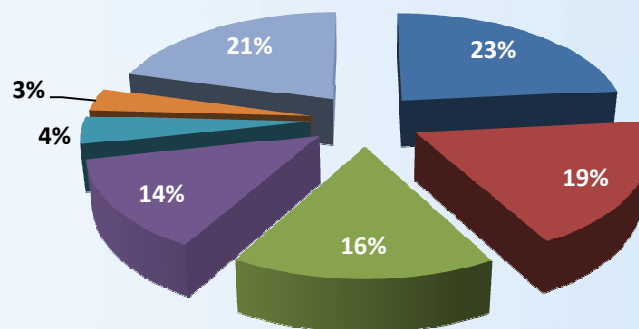


Perfil forense

Causas do abrigamento – Dados Brasil



Principais causas do abrigamento
Percentual – ano 2008



- Negligência
- Pais/responsáveis dependentes químicos/alcoolistas
- Abuso sexual praticado pelos pais/responsáveis
- Outras
- Abandono pelos pais/responsáveis
- Violência doméstica
- Órfão

Perfil forense

Registro dos abrigos – Dados Brasil



Registro dos abrigos no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Percentual – ano 2008

